

PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA

MEDIDA CAUT ALIMENTOS PROVISIONAIS

ART. 732/CPC — DIVÓRCIO CONSENSUAL - SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA - PENSÃO ALIMENTÍCIA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE, nascida aos e, nascida aos (Certidões de nascimento anexas), menores impúberes, neste ato representadas por sua mãe, (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG nº, residente e domiciliada na Rua nº, por sua advogada e procuradora infra-assinada (mandato incluso), com escritório profissional na Rua, nº....., na Cidade de, Estado do, vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer EXECUÇÃO DE ALIMENTOS contra, (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº, residente e domiciliado na Rua nº, na Cidade de, Estado do, com fulcro no art. 732 e seguintes do CPC, como passa a deduzir: 1. As Requerentes são credoras do Requerido de pensão alimentícia, conforme sentença de Divórcio Consensual, transitada em julgado em (docs. anexos). 2. Conforme se vê da sentença homologatória, a pensão alimentícia no importe de 01 (um) salário mínimo vigente, deveria ser paga mensalmente aos Requerentes, estando portanto, vencidas desde até a presente data. Ao exposto, requerem a V. Exa.: a) citação do Requerido em seu endereço residencial, para que informe seus ganhos; b) após recebida a informação desejada, sejam os autos remetidos ao contador; c) expedição de mandado de citação ao Requerido em seu endereço sito na Rua nº, para que em 03 (três) dias, na forma do art. 733 do CPC e seguintes, pague os valores referentes aos meses que encontram-se em atraso, ou então justifique a mora; d) não ocorrendo o pagamento dos valores em atraso, nem a justificativa da impossibilidade de fazê-lo, requer-se desde já a decretação da prisão do Requerido, aplicando-se ao que dispõe o parágrafo 1º do art. 733 do CPC. e) requer a sucumbência do Requerido, na forma da lei, acrescendo-se ao principal, custas processuais, honorários de advogado, juros e correção monetária, acumulando-se ao pedido (prestação de trato sucessivo) as obrigações que se vencerem o curso da ação. Requer finalmente, os benefícios da Assistência Judiciária, com a nomeação da subscritora. Dá-se à causa o valor de R\$ Termos em que, P. deferimento., de de Advogado